

EXPLORANDO OS IMPACTOS DA MOTIVAÇÃO VOLUNTÁRIA NA CIDADANIA À LUZ DA TEORIA DE MARSHALL

EXPLORING THE IMPACTS OF VOLUNTARY MOTIVATION ON CITIZENSHIP ACCORDING TO MARSHALL THEORY

EXPLORANDO LOS IMPACTOS DE LA MOTIVACIÓN VOLUNTARIA EN LA CIUDADANÍA SEGÚN LA TEORÍA MARSHALL

Tairine Vieira Ferraz, MSC

Universidade Federal de Pernambuco/Brazil

tairineferraz1@gmail.com

Carlos Eduardo Cavalcante, Dr.

Universidade Federal da Paraíba/Brazil

cavalcanteeduardo@gmail.com

José Ricardo Costa de Mendonça, Dr.

Universidade Federal de Pernambuco/Brazil

jose.mendonca@ufpe.br

Patrícia Trindade Caldas, Dra.

Universidade Federal de Campina Grande/Brazil

ptcaldas@yahoo.com.br

RESUMO

Reflete-se sobre a relação entre a motivação para o trabalho voluntário e seus impactos na cidadania em ONGs voltadas à educação no estado da Paraíba. Mediante abordagem quantitativa, identificaram-se motivações voluntárias, atitudes e comportamentos cidadãos, discutindo como cada uma delas afeta as expressões de cidadania nos grupos pesquisados. O referencial teórico permitiu explorar concepções de cidadania, sua construção no cenário brasileiro, compreender os voluntários como agentes-chave da participação cidadã e analisar os valores motivacionais que influenciam o tipo de engajamento. Os resultados indicam que as motivações mais frequentes estão relacionadas à aprendizagem e ao altruísmo, com uma leve tendência do grupo de voluntários em expressar atitudes e comportamentos cidadãos em comparação aos não voluntários. Este estudo contribui para a discussão sobre o fomento à consciência cívica e inclui o debate sobre a participação cidadã como tema relevante para a reflexão acadêmica.

Palavras-chave: Voluntariado; Motivação; Cidadania.

ABSTRACT

The study reflects on the relationship between volunteer work motivation and its impacts on citizenship within education-oriented NGOs in the state of Paraíba. Through a quantitative approach, volunteer motivations, civic attitudes, and behaviors were identified, discussing how each affects expressions of citizenship within the studied groups. The theoretical framework enabled an exploration of citizenship concepts, its development in the Brazilian context, an understanding of volunteers as key agents of civic engagement, and an analysis of motivational values that influence the type of involvement. Results indicate that the most common motivations are related to learning and altruism, with a slight tendency for the volunteer group to express more civic attitudes and behaviors compared to non-volunteers. This study contributes to discussions on fostering civic awareness and highlights civic participation as a significant topic for academic reflection.

Keywords: Volunteering; Motivation; Citizenship.



RESUMEN

El estudio reflexiona sobre la relación entre la motivación para el trabajo voluntario y sus impactos en la ciudadanía en ONG orientadas a la educación en el estado de Paraíba. Mediante un enfoque cuantitativo, se identificaron las motivaciones voluntarias, actitudes y comportamientos ciudadanos, discutiendo cómo cada uno afecta las expresiones de ciudadanía en los grupos estudiados. El marco teórico permitió explorar conceptos de ciudadanía, su construcción en el contexto brasileño, comprender a los voluntarios como agentes clave de la participación ciudadana y analizar los valores motivacionales que influyen en el tipo de compromiso. Los resultados indican que las motivaciones más frecuentes están relacionadas con el aprendizaje y el altruismo, con una leve tendencia en el grupo de voluntarios a expresar actitudes y comportamientos ciudadanos en comparación con los no voluntarios. Este estudio contribuye a la discusión sobre el fomento de la conciencia cívica e incluye el debate sobre la participación ciudadana como un tema relevante para la reflexión académica.

Palabras clave: Voluntariado; Motivación; Ciudadanía.

1 INTRODUÇÃO

O modo como a cidadania se apresenta em uma determinada sociedade permite a compreensão de seus valores e hábitos comportamentais. O avanço da literatura sobre as relações entre a prática do voluntariado e o exercício da cidadania sugere uma associação positiva entre os conceitos (Brown, 1999; Wilson; Musick, 1999; Reed; Selbee, 2001; Putnam, 2020). Este estudo tem como objetivo explorar os impactos da motivação voluntária nas atitudes e comportamentos dos indivíduos pesquisados, discutindo e explorando evidências empíricas de que o voluntariado estimula a cidadania e de que o tipo de motivação para voluntariar influencia a forma como a cidadania é exercida. Além disso, o estudo busca inserção nas discussões acadêmicas que reforçam a prática do voluntariado como um atributo importante na promoção e desenvolvimento da cidadania ao comparar grupos.

O conceito de cidadania, que se formou ao longo dos séculos, passou por diversas fases até chegar à noção contemporânea. Um dos autores mais referenciados na literatura nacional e estrangeira, Marshall (1967), define a cidadania como um status comum entre os membros de uma dada comunidade. Contudo, a forma como a cidadania é vivida e compreendida atualmente está diretamente relacionada às formas de participação social (Heater, 2004; Putnam, 2000; Putnam, 2020). Carballal (2009) concluiu que as organizações do terceiro setor e o fenômeno do voluntariado têm se convertido em instrumentos de políticas públicas capazes de viabilizar um mínimo de participação social e política. Essas organizações caracterizam-se, para além da filantropia, como promotoras da cidadania, desempenhando um papel político ao tratar pautas de interesse e poder social (Neto; Fernandes, 2010). Consideradas promissoras na promoção de processos de democratização e solução de problemas sociais (Parejo *et al.*, 2021), as organizações voluntárias são vistas cada vez mais como espaços nos quais a cidadania pode se manifestar. O trabalho voluntário, portanto, pode ser assumido como ponte que estimula a conscientização e a participação cidadã.

Como um sujeito relevante na análise das relações entre associativismo e consciência cívica (Putnam, 2000), o voluntário é via de acesso a evidências empíricas para as análises, com foco nas motivações para voluntariar. Segundo Musick e Wilson (2008), a motivação exerce um papel importante nos estudos sobre voluntariado e, de acordo com resultados encontrados em pesquisas anteriores (Wilson, 2000; Bussell; Forbes, 2002; Lynch; Mccurley, 1999; Fischer; Schaffer, 1993; Unger, 1991; Mostyn, 1983; Caldas, 2020), um conjunto de fatores como altruísmo, necessidade de sociabilidade, razões religiosas, sentimentos de culpa, obrigação ou responsabilidade e até egoísmo podem ajudar a explicar o conceito.

Outros estudos observaram relações entre cidadania e voluntariado, indicando que o voluntariado estimula a cidadania e apontando uma interligação entre voluntariado, associativismo e o desenvolvimento da consciência cívica e participação cidadã (Morgan; Streb, 2001; Gray *Et al.*, 1998; Astin; Sax, 1998; Flanagan *et al.*, 2020; Musick; Wilson, 2008; Wilson, 2000; Teixeira, 2016; Ferraz; Caldas; Cavalcante, 2021). Assume-se que investigar os motivos que levam ao exercício do voluntariado pode ampliar a compreensão sobre os impactos dessas atividades nas percepções e nos comportamentos de cidadania. Propõe-se, portanto, uma reflexão sobre percepções e atos de cidadania, relacionando-os aos perfis de motivação para voluntariar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cidadania

Conceito em formação e transformação desde a antiguidade, a ideia de cidadania confunde-se com o desenvolvimento da vida em sociedade. Existem referências remotas sobre a noção de igualdade em doutrinas de religiões antigas e, gradativamente, incorpora-se à cidadania a discussão sobre politização, liberdade e valores republicanos desde a civilização grega até as lutas por ideais como liberdade, igualdade e fraternidade nas revoluções burguesas, culminando num momento emblemático para a conceituação contemporânea do termo (Comparato, 1993; Reis, 1999; Cesar, 2002; Correia, 2010). Diante dos significados envolvidos, observa-se que a cidadania abrange a relação dos indivíduos com a sociedade onde se vinculam e que dependendo do tempo e do lugar, o conceito absorve variações quanto às formas e os meios para exercê-la.

Uma das compreensões recorrentes para a análise do tópico encontra-se em Marshall (1967), apontado na literatura (Reis, 1999; Vieira, 2005; Souki, 2006; Clemente, 2015) como um dos maiores expoentes dos estudos sobre cidadania e uma referência teórica básica. Marshall retrata o processo de desenvolvimento da cidadania ocorrido na Inglaterra entre os séculos XVIII e XX. Sua tese defende que a cidadania foi possibilitada pela conquista, ao longo desse intervalo temporal, dos direitos civis, políticos e sociais, nesse intervalo temporal e de maneira sequencial.

Na perspectiva marshalliana, existem três dimensões da cidadania: civil, política e social. Os direitos civis referem-se ao que é necessário para o exercício das liberdades individuais, como o direito de ir e vir, liberdade de imprensa e de pensamento, o direito à propriedade e à defesa, por exemplo. Os direitos políticos garantem ao indivíduo o direito à participação na vida política, seja como membro ou como eleitor desses membros. Enquanto os direitos sociais abarcam o direito ao mínimo de bem-estar econômico, segurança e garantias de padrões de vida de um indivíduo inserido na dinâmica social (Marshall, 1967).

Apesar de a linearidade temporal da construção dos direitos em Marshall ser alvo de diversas críticas, compreende-se que tais críticas refletem, em grande parte, as preocupações do mundo contemporâneo. Dado que o conceito de cidadania remete à noção de aprimoramento contínuo, influenciado por passagens culturais e históricas (Reis, 1999). Então, embora se acredite que o conceito de cidadania esteja em constante desenvolvimento, há ênfase em seu princípio de participação.

No desenvolvimento da cultura cívica brasileira, ao contrário do modelo linear descrito por Marshall, essa lógica foi invertida, e a aquisição de direitos não foi essencialmente produto da reivindicação social, mas, durante muito tempo, foi outorgada pelo Estado (Carvalho, 2021; Santos, 1979). É apenas durante o processo de

redemocratização que se observa no país o crescimento e o fortalecimento de movimentos e organizações sociais que passaram a se organizar para reivindicar ou ampliar os direitos de seus representados (Correia, 2010).

Em face do exposto, percebe-se que há muitos conceitos envolvidos na definição da cidadania: igualdade, liberdade, inclusão, pertencimento, participação, politização, direitos e obrigações, identidade compartilhada, virtude cívica e emancipação. E embora a teoria de Marshall receba críticas, ela continua a dialogar com esses elementos, norteando a compreensão da cidadania nesta pesquisa e servindo como base para o desenvolvimento do instrumento de coleta de dados utilizado. Pois, apesar de o “modelo linear e cumulativo do desenvolvimento da cidadania [de Marshall] ser problemático, é o ponto de partida para o debate acerca da cidadania contemporânea”. Assim, o marco conceitual de Marshall é útil para conceituar a cidadania no estudo (Pattie *et al.*, 2004, p.10, tradução nossa).

2.2 Voluntariado

Apesar das múltiplas conceituações, o voluntariado pode ser considerado como um fenômeno cultural e econômico, integrado ao modo como as sociedades se organizam, atribuem responsabilidades sociais e o grau de engajamento e participação esperados dos membros de uma determinada comunidade (Fernandes, 1994; Teodósio, 2002; Dohme, 2001; Cohen, 1964; Domeneghetti, 2001; Salazar; Silva, 2014). Em termos objetivos, apesar de as definições variarem conforme época e cultura, entende-se que se trata de uma atividade sem remuneração material, realizada com espírito de solidariedade e livremente desenvolvida, com o propósito de contribuir para o bem comum.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o trabalho voluntário caracteriza-se por não ser realizado com a intenção de obter ganhos financeiros, ainda que permita reembolsos inferiores aos valores do mercado formal; deve ser exercido livremente, sem coerção, e pode ser realizado fora de organizações formais e em caráter esporádico. Além disso, podem ser considerados como beneficiários do voluntariado amigos, vizinhos e até a sociedade em geral, com exceção dos familiares em primeiro grau (ONU, 2001).

A Lei nº 9.608/1998 regulamenta o trabalho voluntário no Brasil, estabelecendo que se trata de tarefa realizada por pessoa física, sem remuneração, em instituição sem fins lucrativos, voltada a objetivos culturais, cívicos, científicos, educacionais, de assistência social ou recreativos (Brasil, 1998). Neste estudo, adota-se o conceito proposto por Cavalcante *et al.* (2015), que define o trabalho voluntário como uma atividade de decisão individual, de natureza eventual ou permanente, realizada sob a orientação de uma organização ou de forma independente, na qual o indivíduo doa tempo ou conhecimento e eventuais reembolsos são limitados aos custos de execução. Além disso, a atividade voluntária pode promover percepções de benefícios mentais ou físicos (Cavalcante *et al.*, 2015).

A história do voluntariado no Brasil pode ser genericamente dividida em dois momentos: o primeiro, desenvolvido em sua maioria por instituições religiosas e motivado por valores assistencialistas e caritativos, exemplificado pelas Comunidades Eclesiais de Base e pelas Casas de Misericórdia. O segundo momento, a partir da década de 1990, caracteriza-se por novas formas de participação social, como organizações não governamentais (ONGs), voltadas principalmente à assistência social de minorias (Bonfim, 2010). Observa-se gradativamente uma mudança no enfoque da prática voluntária, atualmente mais associada à valorização da cidadania e do dever cívico (Silveira, 2002; Silva; Neto, 2012).

À medida que o conceito se transforma, acompanhando a expansão das ONGs, as motivações para o voluntariado ganham espaço e tornam-se um tema recorrente nos estudos da área. Oliveira e Bezerra (2007, p. 6) afirmam que “motivação é um aspecto essencial no trabalho com voluntários”. Por isso, teorias motivacionais desenvolvidas na perspectiva do trabalho formal não devem ser aplicadas diretamente a esse grupo específico, visto que as forças motivacionais no contexto do voluntariado manifestam-se de formas diferentes das que regulam tipicamente os mercados (Procopiuck; Meyer Jr., 2011).

Compreender as motivações dos voluntários é, portanto, um elemento importante para o recrutamento, para o processo de identificação com as organizações ou causas, e para a permanência no voluntariado. Nessa lógica, e com a finalidade de identificar os motivos que impulsionam o voluntariado, foi utilizada uma escala para coleta de dados que objetiva determinar as motivações para voluntariar em fatores motivacionais, variando de motivos altruístas a motivos mais egoístas. Detalhes sobre os instrumentos de coleta de dados são apresentados na seção de procedimentos metodológicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Caracterizado por sua natureza descritiva e exploratória, este estudo apoia-se em uma abordagem quantitativa. Foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados: o primeiro é um questionário sobre tendências atitudinais e comportamentais dos cidadãos, adaptado do *Citizen Audit*, censo realizado na Grã-Bretanha nos anos de 2000 e 2001, que investigou as percepções e tendências cívicas da população britânica (Pattie *et al.*, 2003a, 2003b, 2004). O segundo instrumento é um questionário que abrange a escala de motivação para o trabalho voluntário, desenvolvida por Cavalcante *et al.* (2015), permitindo a exploração de algumas relações entre cidadania e trabalho voluntário.

O instrumento de cidadania do *Citizen Audit* foi escolhido devido à sua adequação à teoria de cidadania de Marshall (Pattie *et al.*, 2003a; 2003b; 2004), adotada neste estudo para analisar as dimensões civis, políticas e sociais da cidadania. Embora originalmente aplicado no Reino Unido nos anos 2000, o questionário já foi adaptado para o contexto nacional e serviu como base para o desenvolvimento de escalas validadas demonstrando ter propriedades psicométricas aceitáveis (Peixoto *et al.*, 2018; Ferraz; Caldas; Cavalcante, 2021; Caldas; Cavalcante, 2023).

Na análise sobre cidadania, os fatores provenientes de variáveis tipo *Likert* previstos pelo instrumento inicial desdobraram-se em três fatores, os quais foram adotados e nomeados de acordo com a teoria de Marshall (cívica, política e social). O fator “participação informal”, resultante de variáveis dicotômicas, foi composto pelas seguintes perguntas: “Você pertence a uma rede informal de amigos ou conhecidos com quem tem contato regular (por exemplo, grupo de pais ou de crianças, associação de bairros)?” e “Além da sua família, você dá apoio a pessoas doentes, vizinhos, idosos ou conhecidos, sem fazê-lo através de uma instituição?”.

O fator “atos de participação política”, por sua vez, foi representado pela pergunta de múltipla escolha: “Durante os últimos doze meses, você realizou alguma das seguintes ações para influenciar leis ou políticas?”, que incluiu 17 opções de atos. Dessa forma, após decisões visando obter o maior percentual explicativo do modelo, os fatores selecionados para análise do construto “cidadania” foram: (1) direitos sociais, (2) direitos civis, (3) direitos políticos, (4) participação informal e (5) atos de participação política. O quadro de variáveis tipo *Likert* utilizadas na análise da cidadania é exibido na Tabela 1.

Tabela 1 - Variáveis *likert* para mensuração do construto cidadania

Fatores	Variáveis
Direitos sociais	• O governo deve fornecer habitação para aqueles que não podem pagar.
	• O governo deve reduzir a diferença de renda entre ricos e pobres.
	• É responsabilidade do governo fornecer um trabalho para todos aqueles que desejam um.
Direitos políticos	• É dever de todo cidadão votar em eleições.
	• Acho importante obedecer às leis.
Direitos civis	• As pessoas não devem confiar no Estado para garantir a sua própria aposentadoria.
	• Os indivíduos que podem pagar devem arcar com o custo relacionado à sua própria saúde quando eles estão doentes.

Fonte: Adaptado de Pattie *et al.* (2004).

Para investigar os motivadores do voluntariado, foi aplicada uma fase do modelo desenvolvido por Cavalcante *et al.* (2015), especificamente a fase voltada para identificar os motivos de permanência dos voluntários em suas respectivas organizações, considerando que a amostra do estudo compreendeu apenas voluntários atuantes. Validado em escala nacional, o instrumento contempla cinco fatores que motivam a permanência dos voluntários: altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem e egoísta. O quadro de referência para a análise das motivações voluntárias é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Variáveis para mensuração do construto motivação voluntária

Fatores	Variáveis
Altruísta	• Permaneço porque tenho conseguido ajudar pessoas
	• Permaneço porque tenho conseguido mudar a vida das pessoas
	• Permaneço porque tenho levado esperança aos menos favorecidos
	• Permaneço porque vejo que as pessoas que ajudo tem tido oportunidade de viver melhor
	• Permaneço porque considero meu trabalho importante
Justiça social	• Permaneço porque sinto que estou ajudando as comunidades
	• Permaneço porque estou corrigindo injustiças sociais nas comunidades
	• Permaneço porque estou melhorando a qualidade de vida das comunidades
	• Permaneço porque estou colaborando na busca dos direitos sociais nas comunidades
Afiliação	• Permaneço porque estou com pessoas com os mesmos interesses
	• Permaneço porque sinto que estou fazendo parte de um grupo
	• Permaneço porque estou fazendo novos amigos
Aprendizado	• Permaneço porque estou aprendendo a lidar com pessoas
	• Permaneço porque estou aprendendo novos conhecimentos
	• Permaneço porque estou tendo novos desafios e experiências
	• Permaneço porque estou aprendendo algo
Egoísta	• Permaneço porque estou sendo reconhecido
	• Permaneço porque estou me sentindo melhor como pessoa
	• Permaneço porque estou com boa autoestima
	• Permaneço porque me sinto importante fazendo este trabalho
	• Permaneço porque estou preenchendo tempo Livre

Fonte: Adaptado de Cavalcante *et al.* (2015).

A definição da amostra e o acesso aos respondentes seguiram um critério de conveniência após ter sido realizado um mapeamento prévio das organizações e dos voluntários atuantes no Estado, o que facilitou acesso à amostra. Participaram da pesquisa 22 ONGs, nas quais foram identificados 917 voluntários vinculados, dos quais

145 responderam a ambos os instrumentos, tanto presencialmente quanto por meio de questionários *online*, conforme a disponibilidade das organizações. Já a amostra de não voluntários foi composta por 175 respondentes que, sem vínculo com ONGs no período da pesquisa, participaram espontaneamente por meio de um questionário *online* sobre cidadania divulgado nas redes sociais dos pesquisadores. A coleta de dados ocorreu entre setembro e novembro de 2016.

Após o tratamento preliminar dos dados e a execução de procedimentos de limpeza e imputação de valores ausentes, conforme a recomendação de Costa (2011), a análise foi conduzida em dois eixos principais: o primeiro, relacionado à viabilidade de agregação das escalas em fatores e à aplicação da análise fatorial (AF); e o segundo, envolvendo testes estatísticos de comparação e associação. Na aferição do construto cidadania, o modelo ajustado exibiu valores satisfatórios, com estatística KMO = 0,673 e o teste de *Bartlett* com p-valor < 0,001. A confiabilidade interna, medida pelo alfa de *Cronbach*, obteve valor de 0,583, considerado aceitável para o construto analisado, conforme os parâmetros de Landis e Koch (1977). A rotação ortogonal *Varimax* foi aplicada e resultou em três fatores (civis, políticos e sociais), que explicaram 68,17% da variância original dos dados.

Para os indicadores do modelo motivacional, a estatística KMO = 0,863 e o teste de *Bartlett* com p-valor < 0,001 também corroboraram a adequação da AF. A extração fatorial identificou cinco fatores teóricos, com coeficiente alfa de *Cronbach* de 0,902, indicando alta confiabilidade na medição do construto e boa adequação psicométrica da estrutura modelada, validada em contexto nacional. A explicação total da variância pelos cinco fatores foi de 70,3%. As análises de associação entre os construtos, assim como a avaliação dos fatores provenientes de variáveis não escalares, foram realizadas por meio dos coeficientes de correlação de *Pearson* e *Spearman*. Para a comparação entre grupos, foram utilizados o teste t para diferenças de médias, análise de variância (ANOVA) e o teste de *Kruskal-Wallis*.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos estão estruturados em duas seções. Inicialmente, são apresentadas as medidas descritivas das dimensões de cidadania e da frequência de participação informal, bem como os atos de participação política, com o objetivo de descrever e comparar os grupos, além de explorar as diferenças significativas entre eles. Em seguida, a análise busca aprofundar a compreensão do fenômeno, examinando as relações entre motivação voluntária e cidadania a partir das correlações identificadas entre as dimensões de cidadania e os perfis motivacionais.

4.1 Análise exploratória descritiva e comparativa

Em relação às variáveis escalares do modelo de cidadania, foram categorizados três fatores principais: (1) sociais, (2) civis e (3) políticos. O fator “direitos sociais” abrange as atitudes dos indivíduos quanto ao direito ao bem-estar econômico, à segurança e às garantias de padrões mínimos de vida para quem está inserido na dinâmica social (Marshall, 1967). O grupo de voluntários apresentou uma média relativamente mais alta e homogênea (média = 8,55; desvio-padrão = 1,53) em comparação ao grupo de não voluntários (média = 7,78; desvio-padrão = 2,11). A Tabela 3 resume as medidas descritivas para cada dimensão de cidadania.

Tabela 3 - Medidas descritivas

Fator	Voluntários			Não voluntários						
	Média	Desvio-Padrão	Quartis	Média	Desvio-Padrão	Quartis				
Direitos sociais	8,55	1,53	25 8	50 9	75 10	7,78 2,11	25 6,6	50 8,3	75 9,6	
Direitos políticos	8,26	1,91	7	9	10	7,85	2,07	6,5	8,5	10
Direitos civis	6,03	2,39	4,5	6,5	8	6,04	2,31	4,5	6,5	7,5

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para Roberts (1997), a dimensão social da cidadania representa um meio de redução das desigualdades geradas pelo sistema econômico vigente, configurando-se como um modo de reduzir as diferenças na qualidade de vida entre os membros de uma sociedade. Os achados do *Citizen Audit* corroboram essa perspectiva: a pesquisa revelou que os respondentes esperam que o governo ofereça moradia aos mais pobres, reduza as desigualdades de renda e ofereça emprego para quem deseja trabalhar. Os dados indicam uma tendência maior entre os voluntários em conceber o Estado como mantenedor de um bem-estar social mínimo para a população.

O fator “direitos políticos” representa a participação da sociedade no governo, seja pela possibilidade de ocupar cargos com autoridade política, seja pelo direito ao voto (Moura, 2009). Verificaram-se médias mais altas para o grupo de voluntários (8,26) e moderadas para o grupo de não voluntários (7,85). Na Inglaterra de Marshall, os direitos políticos emergiram como consequência dos direitos civis, reivindicados e conquistados pela população após a consolidação dos direitos básicos, os civis (Carvalho, 2021). No caso brasileiro, com a inversão da pirâmide marshalliana e a outorga de direitos sem uma conquista efetiva por parte dos cidadãos, essa dimensão pode não ter um significado profundo para a população em geral (Carvalho, 1996), o que poderia explicar a variação nos dados.

O *Citizen Audit* observou que, apesar da baixa confiança dos britânicos em seus políticos, um número relativamente elevado de respondentes considera importante obedecer às leis. Os autores do estudo interpretam essa associação como expressão de uma boa medida de cidadania, combinando um senso de obediência à lei com o voto consciente, o que reforça o sentimento de obrigação com os outros membros da sociedade (Pattie *et al.*, 2003a, 2003b). Nesse sentido, a média levemente mais alta para os voluntários, em comparação ao grupo de não voluntários, poderia indicar que as respostas do grupo voluntário se relacionam mais positivamente com o senso de obediência à lei e o voto consciente, conforme retratado pelo estudo britânico.

Os direitos civis apresentaram valores com médias de moderadas a baixas e alta heterogeneidade para ambos os grupos, sendo a média de 6,03 para voluntários e 6,04 para não voluntários, com desvio-padrão de 2,39 e 2,31, respectivamente. Marshall (1967) aponta que os direitos civis representam a base da cidadania e constituem o direito mais essencial, relacionados à autonomia e à liberdade individual. Na construção da cidadania brasileira, diferentemente do ocorrido na Inglaterra, os direitos civis e de liberdade individual não foram pilares do processo histórico (Correia, 2010), ou, como afirma Carvalho (2021, p. 220), “ainda continuam inacessíveis à maior parte da população”.

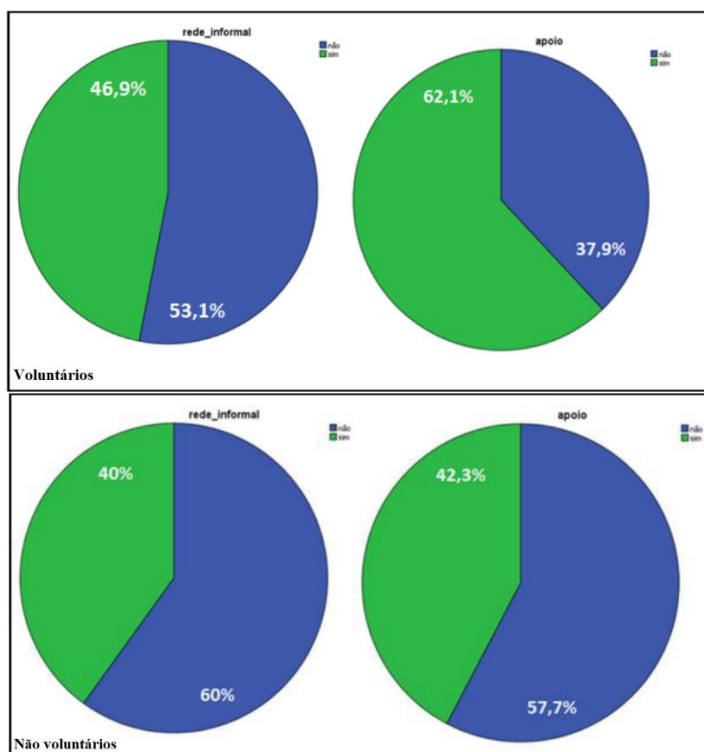
O estudo de Pandolfi (1999), que investigou a percepção de direitos e participação social no Brasil, identificou que, de modo geral, os indivíduos comuns desconhecem seus direitos civis. Além disso, em uma escala de importância atribuída aos direitos, os civis não são considerados os mais relevantes; os direitos sociais

ocupam esse lugar. A média pouco expressiva e quase idêntica entre os grupos, nesta dimensão, indica que o exercício do trabalho voluntário não prediz o desenvolvimento de uma consciência civil, sendo mais relacionado às demandas sociais e políticas.

Os fatores “participação informal” e “atos de participação” referem-se a atividades menos organizadas, sem vínculo direto com o voluntariado formal e não são alternativas a ele, funcionando como ações complementares. A participação informal foi investigada por meio de questões sobre pertencimento a redes informais de amigos ou conhecidos com contato frequente e sobre apoio além do núcleo familiar, como o oferecido a pessoas doentes, vizinhos idosos ou conhecidos, sem a intermediação de uma instituição.

No grupo de voluntários, 46,9% afirmaram participar de alguma rede informal e 62,1% relataram oferecer apoio informal a pessoas fora da família. No grupo de não voluntários, 40% indicaram participar de redes associativas informais, como associações de bairro ou grupos de leitura, e 42,37% informaram prestar auxílio a doentes, vizinhos idosos ou conhecidos sem institucionalização. A Figura 1 exibe os achados.

Figura 1 - Fatores participação informal e apoio



Fonte: Elaborado pelos autores.

O fator “atos de participação” concentra-se nos comportamentos realizados pelos respondentes, abrangendo a extensão e a natureza de seu engajamento cívico. Particularmente na frequência com que os indivíduos atuaram politicamente no último ano. Em ambos os grupos, as formas de ação mais frequentes incluíram doação de dinheiro ou arrecadação de fundos para organizações, votar ou assinar petições. Enquanto que a formação de grupos de opinião, contato com políticos ou organizações e o boicote a produtos específicos foram ligeiramente mais incidentes entre os voluntários.

Atividades como a compra de produtos por motivos políticos, o uso de adesivos de campanha e a participação em protestos ilegais ocorreram com maior frequência no grupo de não voluntários. A preferência por doações, votações e assinaturas de petições, em detrimento do contato direto com políticos, funcionários públicos ou órgãos judiciais, sugere um perfil de participação cidadã predominante nas amostras estudadas.

Observa-se que os voluntários tendem a adotar formas de ação com vieses mais coletivistas, enquanto os não voluntários demonstram inclinação por ações com vieses mais individualistas. Essa diferenciação pode ser explicada pelo aumento na capacidade de reflexão sobre questões sociais, civis e políticas proporcionado pelo exercício do voluntariado, que promove a interação com realidades sociais diversas.

Tabela 4 - Variáveis do fator atos de participação

Atos	Percentual	
	Voluntários	Não voluntários
1- Assinou uma petição	33,8%	25,1%
2- Doou dinheiro para uma organização	59,3%	74,9%
3- Arrecadaram fundos para uma organização	44,8%	61,1%
4- Comprou certos produtos por motivos políticos, éticos ou ambientais	13,1%	24%
5- Formou um grupo de pessoas de mesma opinião	40%	15,4%
6- Assistiu a uma reunião política	23,4%	33,1%
7- Votou em uma eleição do governo local	22,8%	26,9%
8- Contatou um funcionário público	14,5	13,1%
9- Participou de uma demonstração pública	3,4%	4,6%
10- Boicotou certos produtos	20,7%	12%
11- Contatou uma organização	19,3%	13,1%
12- Contatou a mídia	9,7%	6,3%
13- Participou de uma greve	40,7%	25,7%
14- Usou ou exibiu um crachá ou adesivo de campanha	4,1%	15,4%
15- Contatou um político	30,3%	13,1%
16- Participou de atividades de protesto ilegais	13,1%	18,3%
17- Contatou um procurador ou órgão judicial	4,1%	5,7%
Média de atos por grupo	4,24	3,88

Fonte: Adaptado de Pattie *et al.* (2004).

Em relação às discretas diferenças de frequência entre os grupos, é relevante considerar que, em pesquisas desse tipo, os resultados podem ser influenciados por uma superestimação do envolvimento cívico (Pattie *et al.*, 2013a; 2013b). Particularmente ao se considerar que pessoas menos ativas ou menos engajadas tendem a responder menos aos questionários, enquanto pessoas mais engajadas (ainda que não voluntárias) tendem a responder com maior facilidade (Swaddle; Heath, 1989), é plausível supor que essa diferença seja, na realidade, ainda mais expressiva.

Para auferir se as tendências de cidadania diferem entre aqueles que realizam atividade voluntária e os que não o fazem, optou-se pela realização de dois tipos de testes: um paramétrico e um não paramétrico. A decisão de avaliar as possíveis diferenças entre as populações por meio de ambos os testes se justifica pela impossibilidade de assumir a normalidade de distribuição em ambas as amostras. As estatísticas extraídas, incluindo o teste F, o teste t e o teste de *Mann-Whitney* para amostras independentes, indicam que os fatores de direitos sociais e de participação informal exibem diferenças significativas entre os grupos analisados.

Quadro 1 - Estatística F, teste t e *Mann-Whitney* para amostras independentes

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		Teste t para igualdade de médias			Teste Mann-Whitney	
		<i>F</i>	<i>Sig.</i>	<i>T</i>	<i>df</i>	<i>Sig. (2-tailed)</i>	<i>Sig.</i>	<i>Decisão</i>
Direitos sociais	Variâncias iguais assumidas	14,837	0,000	3,621	318	0,000	0,002	Rejeita H0
	Variâncias iguais não assumidas			3,728	312,986	0,000		
Participação informal	Variâncias iguais assumidas	0,174	0,677	3,129	318	,002	0,002	Rejeita H0
	Variâncias iguais não assumidas			3,113	300,525	,002		

Fonte: Elaborado pelos autores.

Garantias mínimas de trabalho e moradia são questões centrais no âmbito da cidadania e dos direitos. Também, a valorização do trabalho como meio de subsistência e via de reconhecimento ou de desvalorização social (Dal Magro; Coutinho, 2008), bem como a identificação da moradia como uma esfera de significação social relevante (Santana, 2003; Damatta, 1991), conferem o acesso a esses bens-chave o poder de significar o indivíduo como cidadão. À luz das respostas obtidas, essa percepção se mostra presente no imaginário dos voluntários respondentes, destacando que garantias mínimas de trabalho e habitação compõem sua compreensão de cidadania.

Do mesmo modo, no fator participação informal, os dados descritivos exibem maior aderência do grupo de voluntários a esse tipo de participação. Porém, os testes evidenciaram que apenas o indicador “apoio” — que reflete o fato de prestar apoio a doentes, idosos ou conhecidos fora do núcleo familiar e sem fazê-lo por meio de um vínculo institucional — apresenta diferença significativa entre os grupos. A capilaridade e o peso dos movimentos cristãos, católicos e evangélicos sobre os movimentos sociais no Brasil já foram amplamente documentados (Fernandes, 1994). Diante disso, é razoável considerar que as ações caritativas ainda constituem formas expressivas de ação cidadã nas percepções da amostra voluntária.

4.2 Análise de associações

Como parte final da investigação sobre as relações entre o trabalho voluntário e a cidadania, foram exploradas as correlações entre os perfis de motivação voluntária e os fatores de cidadania. Partiu-se da premissa de que compreender o que efetivamente motiva o voluntário e como isso pode afetar suas percepções sobre a cidadania confere relevância prática ao trabalho no que se refere ao gerenciamento de voluntários. Foram encontradas dez associações com coeficiente de correlação significativo ao nível de 0,05, e foram excluídas quatro correlações muito fracas (Shimakura, 2006), por apresentarem coeficiente inferior a 0,20. Permaneceram na análise seis correlações resultantes do cruzamento entre os dois modelos propostos, cujas respectivas significâncias podem ser observadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Correlações entre ‘motivação’ x ‘cidadania

Fator ‘direitos sociais’		
Fator ‘altruísta’	Coeficiente de correlação	0,289**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Fator ‘justiça social’	Coeficiente de correlação	0,362**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Fator ‘direitos políticos’		
Fator ‘altruísta’	Coeficiente de correlação	0,221**
	Sig. (2-tailed)	0,008
Fator ‘justiça social’	Coeficiente de correlação	0,254**
	Sig. (2-tailed)	0,002
Fator ‘direitos civis’		
Fator ‘altruísta’	Coeficiente de correlação	0,234**
	Sig. (2-tailed)	0,005
Fator ‘egoísta’	Coeficiente de correlação	0,252**
	Sig. (2-tailed)	0,002

* A correlação é significativa ao nível de 0,05.

** A correlação é significativa ao nível de 0,01 (2-tailed).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os fatores de cidadania “direitos sociais” e “direitos políticos” apresentaram correlações significativas com dois dos cinco perfis de motivação voluntária: “altruísmo” e “justiça social”. Todas as correlações encontradas, variando em intensidade, foram positivas. A primeira correlação significativa observada, entre “direitos sociais” e “altruísmo”, apresentou intensidade fraca, sinalizando que, à medida que aumentam os níveis deste perfil, há também algum incremento nos níveis de percepção da dimensão social da cidadania.

O fator “direitos sociais”, de maneira geral, é relativo ao entendimento de que o Estado deve assegurar um bem-estar mínimo e comum a todos os indivíduos (Marshall, 1967). Já o perfil altruísta trata da ajuda desinteressada ao próximo e da preocupação com as condições gerais de vida dos seres humanos, contemplando uma consciência societal e universalista (Cavalcante *et al.*, 2015). A correlação entre esses fatores aponta que quanto mais altruísta é a motivação do voluntário, maior é a importância atribuída a questões coletivas, sociais e de bem-estar comum para o exercício de seu trabalho.

Em relação ao cruzamento entre “direitos sociais” e “justiça social”, observou-se que, ao passo que a média amostral da dimensão social aumenta, aumenta também a média do perfil motivacional “justiça social”, caracterizado pela preocupação com a igualdade, sentimento de auxílio e apoio aos menos favorecidos e, ainda, pelo interesse em resgatar a cidadania em perspectiva local (Cavalcante *et al.*, 2015). O impacto do voluntariado motivado pela justiça social leva em conta o papel-chave que essa atividade pode desempenhar no fortalecimento da sociedade civil e na emancipação das comunidades locais (Treasury, 2003, p. 35).

Assim, quando um indivíduo assinala em valores crescentes os fatores motivacionais “altruísmo” e “justiça social”, tenderá a demonstrar atitudes e comportamentos de cidadania mais voltados para questões que garantam condições básicas de bem-estar a todas as camadas da população. Esses resultados reforçam achados anteriores de Pandolfi (1999), que apontam que os direitos sociais são amplamente percebidos pela população como elementos que promovem a cidadania.

Quanto ao fator “direitos políticos”, a primeira correlação significativa observada diz respeito ao cruzamento com o perfil “altruísta”. A dimensão política envolve os ideais de participação e a convenção dos indivíduos quanto ao poder político e à legalidade, em outras palavras, os deveres cidadãos de votar e obedecer

às leis. Indicando que os voluntários motivados por questões altruístas tendem a apresentar também percepções elevadas sobre os direitos políticos. Estudos de Verba *et al.* (1995) retratam que a prestação de serviços voluntários pode predizer o desenvolvimento de valores de cidadania e participação política. Além disso, Eyler *et al.* (1997) identificaram que, após prestar serviços comunitários, o engajamento político, o interesse por política e as ações políticas aumentaram significativamente.

No que se refere à relação entre os direitos políticos e o perfil motivacional “justiça social”, os dados indicam uma correlação que sugere que a atividade voluntária, quando motivada pelo desejo de construção de cidadania e justiça social, está intimamente relacionada a formas de engajamento, participação política e criação ou modificação de leis e políticas públicas.

O último conjunto de associações analisadas identificou correlações positivas entre o fator “direitos civis” e os perfis motivacionais “altruísta” e “egoísta”. A dimensão dos direitos civis está relacionada a liberdades individuais – como integridade, credo e propriedade – e, ao correlacionar-se positivamente com motivações altruístas, apresenta um foco social, sugerindo que esses indivíduos percebem uma estreita relação entre o direito à escolha e a efetiva possibilidade de exercê-la. Para reivindicar e usufruir da liberdade proporcionada pelos direitos civis, o indivíduo necessita de condições mínimas de educação e nutrição, que são o alvo da preocupação do perfil altruísta.

Quando positivamente associada a motivações egoístas, a dimensão dos direitos civis indica que, ainda que o voluntário tenha uma predisposição em ajudar os outros e impactar positivamente a sociedade, essa postura coexiste com necessidades individualistas, nas quais a contribuição traz algum nível de satisfação pessoal ou retorno. Em suma, os testes e associações observados corroboram grande parte da literatura revisitada, que indica a existência de uma estreita ligação entre a prática do serviço voluntário e atitudes e comportamentos de cidadania, especialmente nas dimensões sociais e políticas. Se o trabalho voluntário pode protagonizar influência favorável ao desenvolvimento do aspecto cívico ainda é uma questão em aberto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou ampliar a compreensão sobre as relações entre a prática de atividades voluntárias e o exercício da cidadania. Operacionalizada em dois eixos, a investigação destacou as diferenças entre os grupos de voluntários e não voluntários quanto aos fatores de cidadania e suas possíveis associações com a motivação para o trabalho voluntário. Verificou-se uma tendência mais acentuada entre os voluntários para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos pró-cidadania, especialmente nos aspectos sociais e políticos.

Esse resultado ressoa em estudos semelhantes (LIE *Et al.*, 2009; CALDAS, 2020). Entretanto, não é objetivo do estudo concluir que todo voluntário seja um cidadão ativo, nem que todo indivíduo que não participa do voluntariado não desenvolva sua cidadania, mas torna aceitável considerar o exercício do voluntariado como um fator que a favorece.

As associações encontradas entre a motivação para o voluntariado e as práticas e atitudes cívicas permitem ponderar que a cidadania é uma construção complexa, envolvendo um conjunto de valores, atitudes e comportamentos variados (Perry; Katula, 2001). Pode-se, assim, supor a existência de diferentes perfis de cidadãos que equilibram suas obrigações morais e seus direitos em graus e modos também diversos (Walzer, 1970). Esse aspecto torna-se particularmente claro quando remontamos a construção brasileira do terceiro setor,

seu caráter caritativo e a priorização do social na construção de cidadania nacional, em detrimento de outras dimensões.

Os dados indicam, por exemplo, que, independentemente da prática de trabalho voluntário, a compreensão e, possivelmente, o acesso aos direitos civis ainda não ocorrem uniformemente na amostra analisada. Assim, mesmo que alguns elementos fundamentais da cidadania ideal teórica sejam ignorados, o impacto positivo da atividade voluntária não pode ser desconsiderado. Compreendendo que o desenvolvimento pleno da cidadania é uma das chaves para a construção de uma sociedade mais emancipada, a principal contribuição deste estudo reside na indicação de que indivíduos envolvidos em atividades voluntárias tendem a ser cidadãos com percepções mais consistentes sobre direitos e cidadania. Além disso, as motivações altruístas, de justiça social e egoístas parecem modelar o tipo de ação.

A principal limitação deste estudo reside no fato de que o conceito de cidadania, adaptado do inglês, não contempla uma série de impactos culturais próprios da realidade brasileira sobre a compreensão local de cidadania. Conseqüentemente, os índices estatísticos de ajustamento não atingem níveis excelentes. A escolha do instrumento de pesquisa foi motivada pela ausência de instrumentos quantitativos brasileiros revisados por pares sobre o tema à época da coleta, evidenciando uma lacuna na literatura e apontando para a necessidade de estudos futuros que abordem as particularidades regionais no desenvolvimento da cidadania e do aspecto cívico.

Artigo submetido para avaliação em 12/12/2022 e aceito para publicação em 01/11/2024

REFERÊNCIAS

ASTIN, Alexander W.; SAX, Linda J. How undergraduates are affected by service participation. **Service participation**, v. 39, n. 3, p. 251, 1998. Disponível em: <http://digitalcommons.unomaha.edu/slcehighered/7>. Acesso em: 02 jan. 2021.

BONFIM, Paula. **A " cultura do voluntariado" no Brasil: determinações econômicas e ideopolíticas na atualidade**. Cortez Editora, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Brasília, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm. Acesso em: 02 jan. 2021.

BROWN, Eleanor. Assessing the value of volunteer activity. **Nonprofit and voluntary sector quarterly**, v. 28, n. 1, p. 3-17, 1999. <https://doi.org/10.1177/0899764099281001>.

BUSSELL, Helen; FORBES, Deborah. Understanding the volunteer market: The what, where, who and why of volunteering. **International journal of nonprofit and voluntary sector marketing**, v. 7, n. 3, p. 244-257, 2002.

CALDAS, Patrícia Trindade. **Relações entre Voluntariado e Cidadania à luz das Motivações**. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Paraíba. 2020.

CALDAS, Patrícia Trindade; CAVALCANTE, Carlos Eduardo. Praticando a cidadania: criação e validação de uma escala de mensuração. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 21, n. 4, p. e2022-0132, 2023.

CARBALLAL, Luís Barreiro. El voluntariado: entre la ciudadanía y la ideología. **Revista Katálysis**, v. 12, p. 235-240, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. Estudos históricos, Rio de Janeiro, n. 18, 1996.
CAVALCANTE, Carlos Eduardo *et al.* Motivação para entrada de voluntários em ONG brasileira. **Revista de Administração (São Paulo)**, v. 50, p. 523-540, 2015.

CESAR, Alexandre. **Acesso à justiça e cidadania**. Cuiabá: UFMT, 2002.

COHEN, Nathan E. **O papel do voluntário na sociedade moderna**. 1964.

COMPARATO, Fábio Konder. A nova cidadania. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 85-106, 1993.
<https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000100005>

COSTA, Francisco José da. **Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em administração**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

CLEMENTE, Augusto Júnior. **O conceito de cidadania nas ciências sociais brasileira: uma análise a partir do Scielo (1989-2013)**. 2015. Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CORREIA, Fernanda Guimarães. Reflexões sobre o conceito de cidadania e suas bases históricas. **Revista de Ciência Política**, v. 43, 2010.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara KOOGAN, 1991.

DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit; COUTINHO, Maria Chalfin. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em "empreendimentos solidários". **Psicologia em estudo**, v. 13, p. 703-711, 2008.

DOHME, Vânia D.'Angelo. **Voluntariado: equipes produtivas: como liderar ou fazer parte de uma delas**. Editora Mackenzi, 2001.

DOMENEGHETTI, Ana Maria. **Voluntariado-gestão do trabalho**. São Paulo: Editora Esfera, 2001.

EYLER, Janet; GILES JR, Dwight E.; BRAXTON, John. The impact of service-learning on college students. **Michigan journal of community service learning**, v. 4, p. 5-15, 1997.

FERNANDES, Rubem César. Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. In: **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERRAZ, Tairine Vieira; CALDAS, Patrícia Trindade; CAVALCANTE, Carlos Eduardo. Volunteering and Citizenship: First Empirical Evidences of the Positive Impact in Brazil. **BASE-Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 18, n. 2, p. 159-193, 2021. <https://doi.org/10.4013/base.2021.182.01>

FISCHER, Lucy Rose; SCHAFFER, Kay Banister. **Older volunteers: A guide to research and practice**. Sage Publications, Inc, 1993.

FLANAGAN, Constance A. *et al.* Ties that Bind: Correlates of Adolescents' Civic Commitments in Seven Countries. In: **Experiencing Social Research**. Routledge, 2020. p. 303-322.

GRAY, Maryann J. *et al.* Coupling Service and Learning in Higher Education: The Final Report of the Evaluation of the Learn and Serve America, **Higher Education Program**, 1998.

HEATER, Derek. **A brief history of citizenship**. NYU Press, 2004.

LANDIS, J. Richard; KOCH, Gary G. An application of hierarchical kappa-type statistics in the assessment of majority agreement among multiple observers. **Biometrics**, p. 363-374, 1977.

LIE, Mabel; BAINES, Susan; WHEELLOCK, Jane. Citizenship, volunteering and active ageing. **Social policy & administration**, v. 43, n. 7, p. 702-718, 2009. <https://doi.org/10.1080/13621025.2018.1445491>.

LYNCH, Rick; MCCURLEY, Steve. Essential volunteer management. **Retrieved February**, v. 21, p. 2006, 1999.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1967.

MORGAN, William; STREB, Matthew. Building citizenship: how student voice in service-learning develops civic values. **Social science quarterly**, v. 82, n. 1, p. 154-169, 2001. <https://doi.org/10.1111/0038-4941.00014>.

MOSTYN, Barbara. The meaning of volunteer work: a qualitative investigation. **Volunteers: patterns, meanings & motives**. Hertz (Reino Unido): The Volunteer Centre, 1983.

MOURA, Aline. Beltrame de Da Cidadania 'Clássica' à Cidadania 'Global': nacional versus supranacional. **Revista Jurídica**, Blumenau, jan./jul. 2009.

MUSICK, Marc.; WILSON, John. **Volunteers: a social profile** Indiana University Press. **Bloomington, IN**, 2008.

NETO, José Querino Tavares; FERNANDES, Aline Ouriques Freire. Terceiro setor e interesses coletivos: as alternativas sociais na busca da cidadania. **Seqüência: estudos jurídicos e políticos**, v. 31, n. 60, p. 371-390, 2010.

OLIVEIRA, Francisco Correia de; BEZERRA, Rosa Maria Munguba. Fatores que geram a evasão no trabalho voluntário. **Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**, v. 1, 2007.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Measuring volunteering: a practical toolkit**. A joint project of independent sector and United Nations volunteers. In A. Dingle (Ed.), United Nation, Germany, 2001.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Percepção dos direitos e participação social. **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 45-54, 1999.

PAREJO, Julio Cesar Bastardo *et al.* Tercer Sector, de las Primeras Huellas a la Rendición de Cuentas: Casos Brasil y Venezuela. **Revista Gestão & Conexões**, v. 10, n. 3, p. 80-102, 2021.

PATTIE, Charles; SEYD, Patrick; WHITELEY, Paul. Citizenship and civic engagement: Attitudes and behaviour in Britain. **Political studies**, v. 51, n. 3, p. 443-468, 2003a. <https://doi.org/10.1111/1467-9248.00435>.

PATTIE, Charles; SEYD, Patrick; WHITELEY, Paul. Civic attitudes and engagement in modern Britain. **Parliamentary Affairs**, v. 56, n. 4, p. 616-633, 2003b. <https://doi.org/10.1093/pa/gsg106>.

PATTIE, Charles; SEYD, Patrick; WHITELEY, Paul. **Citizenship in Britain: Values, participation and democracy**. Cambridge University Press, 2004.

PEIXOTO, Amanna Ferreira et al. REVALIDAÇÃO DE UMA ESCALA DE CIDADANIA NO CONTEXTO NORDESTINO BRASILEIRO. In: **ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE - EnEPQ**, 6., 2018, Porto Alegre, RS. Anais..., Porto Alegre, RS, 2018. Recuperado de: https://www.researchgate.net/profile/Jailson-Carneiro/publication/329861323_REVALIDACAO_DE_UMA_ESCALA_DE_CIDADANIA_NO_CONTEXTO_NORDESTINO_BRASILEIRO/links/5c1d9935a6fdccfc705ffd3f/REVALIDACAO-DE-UMA-ESCALA-DE-CIDADANIA-NO-CONTEXTO-NORDESTINO-BRASILEIRO.pdf.

PERRY, James L.; KATULA, Michael C. Does service affect citizenship?. **Administration & Society**, v. 33, n. 3, p. 330-365, 2001. <https://doi.org/10.1177/00953990122019794>

PROCOPIUCK, Mario; MEYER JR, Victor. Gestão estratégica em ambiência de trabalho voluntário. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 16, n. 58, 2011. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v16n58.3564>.

PUTNAM, Robert D. *et al.* **Bowling alone: The collapse and revival of American community**. Simon and schuster, 2000.

PUTNAM, Robert D. **Bowling alone: Revised and updated: The collapse and revival of American community**. Simon & Schuster, 2020.

REED, Paul B.; SELBEE, L. Kevin. The civic core in Canada: Disproportionality in charitable giving, volunteering, and civic participation. **Nonprofit and voluntary sector quarterly**, v. 30, n. 4, p. 761-780, 2001. <https://doi.org/10.1177/0899764001304008>.

REIS, Elisa. Cidadania: História, Teoria e Utopia in CARNEIRO, Leandro Piquet; CARVALHO, José Murilo; GRUNSZPAN, Mario; PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). **Cidadania, Justiça e Violência**. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ROBERTS, Bryan R. A dimensão social da cidadania. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, p. 5-22, 1997.

SALAZAR, K. de A.; SILVA, ARL da. A dinâmica da representação social sobre o trabalho voluntário: um estudo na Associação de Voluntários da APAE de Venda Nova do Imigrante. **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, v. 38, 2014.

SANTANA, Juliana Prates. **Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua:** objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos. 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça:** a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979, 138 p.

SHIMAKURA, Silvia Emiko. **Coefficiente de determinação**. 2006. Disponível em: <http://leg.ufpr.br/~silvia/> Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

SILVA, Karin Vieira da; NETO, Luis Moretto. O processo de gestão do voluntariado: um estudo de caso na Associação Amigos do Hospital. **Revista de Administração da UEG**, v. 2, n. 2, p. 3-22, 2012.

SILVEIRA, Jairton Dimas. Trabalho voluntário: da filantropia à cidadania. **Voluntariado e a gestão das políticas sociais**. São Paulo: Futura, p. 148-165, 2002.

SOUKI, Lea Guimarães. A atualidade de TH Marshall no estudo da cidadania no Brasil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, p. 39-58, 2006. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2006.1.21>.

SWADDLE, Kevin; HEATH, Anthony. Official and reported turnout in the British general election of 1987. **British Journal of Political Science**, v. 19, n. 4, p. 537-551, 1989. <https://doi.org/10.1017/S0007123400005627>.

TEIXEIRA, Inês Castelo Branco de Lemos. **Participação como forma de exercer cidadania:** o caso do Bairro do Castelo em Lisboa. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, 2015.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Voluntariado: entre a utopia e a realidade da mudança social. ENCONTRO ANAULA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. 26., 2002, Recife. **Anais...** Recife: ANPAD, 2002.

TREASURY, H. M. Whole of government accounts: Improving public sector financial reporting. **Press Notice 133/03, 11 December 2003**, 2003

TURNER, Bryan S.; HAMILTON, Peter (Ed.). **Citizenship:** critical concepts. Taylor & Francis US, 1994.

UNGER, Lynette S. Altruism as a motivation to volunteer. **Journal of economic psychology**, v. 12, n. 1, p. 71-100, 1991. [https://doi.org/10.1016/0167-4870\(91\)90044-T](https://doi.org/10.1016/0167-4870(91)90044-T).

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E. **Voice and equality:** civic voluntarism in american politics. Harvard University Press, 1995.

VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização. In: **Cidadania e globalização**. p. 142-142. 2005.

WALZER, Michael. **Obligations: Essays on disobedience, war, and citizenship**. Harvard University Press, 1970.

WILSON, John; MUSICK, Marc. The effects of volunteering on the volunteer. **Law and Contemp. Probs.**, v. 62, p. 141, 1999. <https://doi.org/10.2307/1192270>.

WILSON, John. Volunteering. **Annual review of sociology**, v. 26, n. 1, p. 215-240, 2000. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.26.1.215>.